

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação

A Via Varejo S.A. a Via de compras de todos os brasileiros onde, quando e como eles quiserem, no cumprimento das disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta, a seguir, o Relatório da Administração com os resultados financeiros e operacionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Perfil

A Via Varejo S.A., diretamente ou por meio de suas controladas ("Companhia" ou "Via Varejo"), atua no mercado varejista de eletroeletrônicos, eletrodomésticos e móveis através das bandeiras "Casas Bahia" e "Ponto Frio", além das plataformas de e-commerce "casasbahia.com.br", "casasbahia.com.br" e "extra.com.br". Sua sede está localizada em São Caetano do Sul, Estado de São Paulo - Brasil. A Companhia está listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), com o mais elevado padrão de governança corporativa, sob o código "VVAR3". Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 27 Centros de Distribuição e entrepostos e realizava suas vendas por meio de 1.052 lojas físicas (857 com a bandeira Casas Bahia e 195 com a bandeira Ponto Frio). Do total de lojas, 284 eram localizadas em *shopping centers* e 768 eram lojas de rua, localizadas em todas as regiões do país.

Disclaimer

As declarações contidas neste relatório relativas às perspectivas dos negócios da Companhia, projeções e ao seu potencial de crescimento constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia. Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do país, do setor e do mercado como um todo, logo, estando sujeitas a mudanças.

Mensagem da Administração

O ano de 2020 ficará marcado na memória não só dos brasileiros, mas do mundo inteiro. Foi um ano de muitas incertezas, inúmeras perdas e desafios complexos para todas as pessoas, empresas e governos. Na Via não foi diferente. Mas, mesmo diante deste cenário, o ano foi de superação e também de grandes conquistas. Em apenas um ano, a Companhia se reinventou, implantou e executou uma série de projetos, atraindo gente talentosa para essa transformação, fortaleceu seu posicionamento estratégico e aumentou a competitividade neste novo cenário de varejo unificado, um ambiente em que os mundos físico e o online - nossas lojas físicas, nossos CDs e todo nosso ecossistema digital - funcionam totalmente integrados de forma que as experiências proporcionadas a todos nossos clientes sejam únicas. Essa é a nossa essência: a Via de compras de todos os brasileiros onde, quando e como eles quiserem.

A transformação digital permitiu, em pouco tempo, uma grande virada no nosso crescimento e na nossa rentabilidade. Com a agilidade de uma *startup*, ganhamos expressiva participação de mercado em muitos segmentos e em todos os canais e categorias. Fechamos o ano de 2020 com um recorde histórico de evolução do GMV bruto que totalizou R\$ 38,8 bilhões de reais, um aumento de 21% em relação ao ano anterior. A maior participação do canal digital nas vendas totais foi a prova do sucesso da nossa transformação (~50% do GMV bruto de 2020 teve sua origem digital). Entregamos um robusto lucro de R\$ 1,0 bilhão, com uma evolução consistente do EBITDA Ajustado a cada trimestre, resultando também nos robustos R\$ 2,9 bilhões de reais no ano (crescimento de 171%). Esses números nos dão segurança de estarmos no caminho certo.

Ao final de dezembro, mais de 70% dos clientes que realizaram compras *online* se utilizaram de opções digitais *mobile (apps e mobile sites)*. Nossos *apps* apareceram no *TOP 3* das melhores notas nas lojas de aplicativos. O número de usuários ativos mensais (MAU) mais que dobrou em relação ao patamar registrado em 2019 e alcançou quase 14,0 milhões ao final de dezembro. Nossos clientes estão se tornando cada vez mais multicanais, digitais e multiplataforma. E esse cliente digitalizado agora gasta duas vezes mais e retorna com mais frequência quando comparado àquele das lojas físicas. Nossa penetração em públicos de maior renda dobrou ao final do ano, reflexo da força da nossa estratégia de comunicação, da boa aceitação de nossas marcas e do sucesso do reposicionamento do tão querido "Bahianinho" para CB. Ou seja, hoje temos clientes de todas as classes sociais e idades, uma verdadeira democratização da nossa estratégia de atuação.

Os desafios trazidos pela pandemia exigiam uma resposta rápida e ousada: em um único dia tivemos que fechar todas as nossas mais de mil lojas. Ao final de 2019, 24% das vendas eram digitais. Rapidamente a Via mostrou sua capacidade de se reinventar e foi além - em duas semanas em março/2020 - nossos mais de 20 mil vendedores retomaram suas atividades de vendas, desta vez, de forma digital. Conhecido como "Me chama no zap", a estratégia do vendedor *online*, uma experiência única de e-commerce humanizada, foi considerada um dos maiores "cases de social selling" do mundo. Essa inovadora plataforma de vendas foi fundamental para impulsionar nossas vendas no 1P e 3P. No 4T20 representou mais de R\$1,2 bilhão em vendas e R\$2,8 bilhões no ano de 2020.

Até nosso famoso crediário das Casas Bahia foi reinventado. Digitalizamos todo processo - da concessão à cobrança por qualquer meio físico ou digital. No formato totalmente digital está tendo ótima aceitação pelos clientes, seja via *apps*, *sites* ou *mobile sites*. Nas lojas o carnê já representa cerca de 25% das vendas (em 2019 representava cerca de 14%).

Em meados de 2019 iniciamos um processo de *turnaround*. Em novembro daquele ano estabelecemos um marco - um recorde na venda *online* com R\$2,2 bilhões na *Black Friday*. Mas, na *Black Friday* de 2020, esse número alcançou R\$3,0 bilhões de reais - novo recorde no varejo brasileiro. Nosso avanço de GMV e os ganhos de *market share* mostram que estamos ganhando o jogo. Falava acertarmos a estrutura de capital: em junho de 2020 a Companhia reabriu o mercado de capitais, realizando uma oferta pública de ações (*follow-on*) de R\$4,5 bilhões de reais. Essa operação recebeu a premiação de Melhor Oferta de *Follow-on* na América Latina em 2020 pela Latin Finance.

Adicionalmente, concluímos a aquisição do controle do BanQi (Airfox), praticamente no início da pandemia, e fomos às compras, adquirindo a logtech ASAPLog, a IXP - empresa especializada no desenvolvimento de tecnologias para e-commerce e, também uma participação minoritária relevante no Distrito, um hub de inovação e startups. Todas essas aquisições impulsionaram e impulsionarão nossa estratégia digital. O BanQi já é uma realidade como a carteira digital do brasileiro - uma excelente ferramenta de verdadeira inclusão/bancarização das classes C e D, oferecendo um portfólio de serviços financeiros, trazendo recorrência e rentabilidade para a Via. Já temos 3,3 milhões de downloads do app e 1,8 milhões de clientes ativos, 2,0 milhões de cartões geridos dentro da plataforma equivalente a R\$2,3 bilhões. Já disponibilizamos uma conta digital completa, incluindo serviços de pagamentos como QR Code, PIX, além da integração com as lojas Casas Bahia possibilitando saques e depósitos em qualquer das lojas da rede. Temos um roadmap com novas funcionalidades que inclui ofertas de crédito, conta pessoal jurídica, integração com os apps da Casas Bahia e marketplace e diversas parcerias para 2021.

Continuamos a enxergar grandes oportunidades de crescimento para a Via em 2021 e elevado potencial para contínua geração de valor:

- (i) Ganhar o jogo no *marketplace* (3P) - com ampla gama de serviços para nossos lojistas (*sellors*), aumento de frequência, "*spending*" e destino de compras de novas categorias;
- (ii) Dominar o jogo na logística para produtos leves e pesados, oferecendo uma gama completa de serviços via nossa plataforma Envias para os *sellors* e o mar aberto (coleta, distribuição e armazenagem);
- (iii) Impulsionar nossa logística com mais entregas no mesmo dia (*same-day-delivery*);
- (iv) Expandir em, pelo menos, 120 lojas físicas para novas regiões/ cidades do norte e nordeste;
- (v) Crescer no 1P em categorias *core* e de alto volume;
- (vi) Alavancar nossa dominância nos segmentos de móveis e colchões;
- (vii) Aumentar cada vez mais a penetração nas classes de maior renda (somos o maior vendedor de iPhone do Brasil, por exemplo);
- (viii) Acelerar nossas ofertas de crédito (i) via crediário, no modelo tradicional e digital, (ii) crédito para os nossos clientes em produtos do *marketplace* e (iii) via cartões *co-branded*.
- (ix) Ter o BanQi como a via preferencial de serviços financeiros do brasileiro, fazendo uma verdadeira inclusão financeira das classes C e D, trazendo maior recorrência e também rentabilidade para a Via.

Nossa malha logística oferecerá aos nossos clientes e parceiros de marketplace mais opções de serviços ao realizar entregas de produtos leves e pesados no mesmo dia (*same-day delivery*), e isso não só nas grandes capitais, mas em todo Brasil. Temos a maior malha logística do varejo, com mais de 1.100.000 m² de armazenagem, mais de 1.000 lojas que superam 1.500.000 m² de armazenagem, que são utilizadas como mini-hubs, para vender, retirar e servem de ponto de despacho e retirada para compras e entregas de produtos realizados via e-commerce 1P e 3P, atendendo 100% da população brasileira. Tanto o investimento como o custo de toda essa estrutura já está suportado pelos volumes atuais. Com o crescimento esperado para este ano aproveitaremos ainda mais nossa capacidade instalada, acelerando os ganhos de produtividade. Temos os clientes no centro da nossa estratégia o que refletiu na melhora de nossos indicadores de NPS e Reclame Aqui ao longo deste ano. Divulgamos também nesta data nosso relatório anual e de sustentabilidade que destaca nossas principais iniciativas nos aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG) no ano de 2020. Sem o forte engajamento dos nossos 47 mil colaboradores e a preferência dos nossos 85 milhões de clientes os resultados de 2020 provavelmente não teriam sido tão expressivos. Agradecemos nossos clientes e colaboradores, nossos lojistas, nossos acionistas, nossos conselheiros, aos analistas e fornecedores pela confiança depositada. #Boravarejar

Administração Via Varejo

Informações Consolidadas

Destaques Contábeis (R\$ Milhões)	4T20	4T19	%	2020	2019	%
Receita Bruta	11.274	8.875	27,0%	34.458	29.848	15,4%
Receita Líquida	9.470	7.613	24,4%	28.901	25.655	12,7%
Margem Bruta	30,5%	29,1%	1,4p.p.	32,8%	28,6%	4,1p.p.
EBITDA Ajustado	545	(35)	—	2.917	1.076	171,1%
Margem EBITDA Ajustada	5,8%	-0,5%	6,2p.p.	10,1%	4,2%	5,9p.p.
Lucro Líquido (Prejuízo)	336	(875)	—	1.004	(1.433)	—
Caixa Líquido e Antecipações	4.807	2.213	117,2%	4.807	2.213	117,2%
(R\$ Milhões)	4T20	4T19	%	2020	2019	%
GMV Total Bruto (e-commerce e Lojas)	12.665	9.640	31,4%	38.827	32.078	21,0%
GMV Total Líquido (e-commerce e Lojas)	12.160	9.363	29,9%	37.306	31.206	19,5%
Vendas Digitais¹	5.665	2.691	110,5%	18.099	7.449	143,0%
Participação (%) Vendas Digitais	46,6%	28,7%	17,8p.p.	48,5%	23,9%	24,6p.p.
GMV e-commerce (1P+3P)	4.670	2.272	105,6%	15.989	6.357	151,5%
GMV (1P)	3.661	1.724	112,4%	12.766	4.658	174,0%
Participação Marketplace (3P)	1.009	548	84,2%	3.224	1.698	89,8%
Participação Marketplace (% GMV e-commerce)	21,6%	24,1%	(2,5p.p.)	20,2%	26,7%	(6,6p.p.)
Vendas Mesmas Lojas - Receita Bruta (%)²	6,1%	-2,2%	8,3p.p.	7,7%	-1,6%	9,3p.p.

¹ GVM e-commerce + Retira Rápido

² Lojas abertas e vendas comparáveis considerando as restrições de funcionamento da pandemia

Desempenho de Receita Bruta por canal

R\$ milhões	4T20	4T19	%	2020	2019	%
Lojas Físicas	7.490	7.091	5,6%	21.317	24.849	-14,2%
Online	3.784	1.784	112,1%	13.141	4.895	168,5%
Atacado*	—	—	n/a	—	104	n/a
Receita Bruta	11.274	8.875	27,0%	34.458	29.848	15,4%

(*) Canal descontinuado ao longo de 2019

A Receita Bruta consolidada apresentou um crescimento de 27,0% vs. 4T19 para R\$11,3 bilhões impulsionada pelo forte desempenho do *online* (evolução de 112,1% da Receita Bruta *Online* e 5,6% da Receita Bruta de Lojas Físicas).

Lojas Físicas - GMV de R\$7,5 Bi e SSS de 6,1%

A receita bruta de lojas físicas apresentou um crescimento de 5,6% vs. 4T19 para R\$7,5 bilhões e representou 66% das vendas no trimestre. No critério mesmas lojas o desempenho foi positivo em 6,1% no período. No ano de 2020 o desempenho mesmas lojas (SSS) foi de 7,7%.

Online - GMV de R\$4,7 Bi e Receita Bruta de R\$3,8 Bi

O GMV do e-commerce foi de R\$4,7 bilhões no trimestre, atingindo crescimento expressivo de 106%. A receita bruta do canal *online* apresentou crescimento aproximado de 112% no 4T20 em relação ao 4T19, fruto das melhorias nos prazos de entrega, da maior assertividade comercial, mas principalmente pela robusta base de clientes e ganhos de *market share*. A maior penetração de ferramentas *online* (*Sites* e *Aplicativos*), a introdução de melhorias na experiência do cliente e o sucesso das iniciativas de *marketing* foram cruciais para o excelente resultado conquistado. Nosso 1P cresceu 112% no período, com expressivos ganhos de *market share* e evolução da rentabilidade. O GMV do 3P apresentou crescimento de 84% no 4T20, reflexo da estratégia de contínua expansão no número de lojistas (*sellors*), maior oferta de produtos e melhoria do nível de serviço. Durante o 4T20, aceleraremos a entrada de novos lojistas (onboarding) através de melhorias no processo de cadastramento de modo que encerramos o ano com cerca de 10 mil lojistas ativos, um incremento de 90% vs. 4T19, e com mais que o dobro de sortimento de 7 milhões de SKUs. Atualmente o número de *sellors* é de cerca de 15 mil.

Abertura da Receita Bruta	4T20	4T19	%	2020	2019	%
R\$ milhões	10.317	8.020	28,6%	31.281	26.541	17,9%
Mercadoria	127	119	6,7%	458	422	8,5%
Serviços de Frete e Montagem	341	277	23,1%	1.020	1.143	-10,8%
Serviços	489	459	6,5%	1.699	1.742	-2,5%
Crediário/Cartões	11.274	8.875	27,0%	34.458	29.848	15,4%
Receita Bruta	957	855	11,9%	3.177	3.307	-3,9%
Frete, serviços, crediário e montagem	8,5%	9,6%	(1,1 p.p.)	9,2%	11,1%	(1,9 p.p.)
% Receita Bruta Total	4T20	4T19	%	2020	2019	%
Composição Consolidada das Vendas	8,5%	9,6%	(1,1 p.p.)	9,2%	11,1%	(1,9 p.p.)
À vista	24,9%	24,0%	0,9 p.p.	24,1%	22,3%	1,8 p.p.
Carnê	14,7%	10,8%	4,0 p.p.	11,6%	11,3%	0,34 p.p.
Cartão de Crédito - Co-branded	8,0%	12,0%	(4,0 p.p.)	8,5%	11,8%	(3,28 p.p.)
Cartão de Crédito - Outros	52,3%	53,2%	(0,9 p.p.)	55,7%	54,6%	1,09 p.p.

No 4T20 apresentamos boa evolução e crescimento em todas as linhas que compõe a Receita Bruta. Adicionalmente, retomamos as iniciativas de crediário que surtiu efeito positivo conforme observado na mudança no perfil de financiamento das compras, com maior penetração no carnê (+4,0p.p.).

Lucro Bruto	4T20	4T19	%	2020	2019	%
R\$ milhões	2.892	2.215	30,6%	9.466	7.343	28,9%
Lucro Bruto	30,5%	29,1%	1,4p.p.	32,8%	28,6%	4,1p.p.
% Margem Bruta	5,8%	-0,5%	6,2p.p.	10,1%	4,2%	5,9p.p.
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(2.402)	(2.311)	3,9%	(6.783)	(6.495)	4,4%
Administrativas	-25,4%	-30,4%	5,0p.p.	-23,5%	-25,3%	1,8p.p.
% Receita Líquida	3,3%	-10,6%	13,9p.p.	8,8%	-0,6%	9,4p.p.
Outras (Despesas)/Receitas Operacionais	545	(35)	n/a	2.917	1.076	171,1%
EBITDA Ajustado	5,8%	-0,5%	6,2p.p.	10,1%	4,2%	5,9p.p.
% Margem EBITDA Ajustada	O EBITDA Ajustado foi de R\$545 milhões no período, com margem de 5,8%, 6,2p.p. superior ao 4T19.					

Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas tiveram aumento de 3,9%, muito inferior ao desempenho de vendas no mesmo período.

EBITDA Ajustado	4T20	4T19	%	2020	2019	%
R\$ milhões	316	(806)	n/a	2.531	(159)	n/a
EBITDA	3,3%	-10,6%	13,9p.p.	8,8%	-0,6%	9,4p.p.
% Margem EBITDA	229	771	-70,3%	386	1.235	-68,7%
Outras (Despesas)/Receitas Operacionais	545	(35)	n/a	2.917	1.076	171,1%
EBITDA Ajustado	5,8%	-0,5%	6,2p.p.	10,1%	4,2%	5,9p.p.
% Margem EBITDA Ajustada	O EBITDA Ajustado foi de R\$545 milhões no período, com margem de 5,8%, 6,2p.p. superior ao 4T19.					

Resultado Financeiro	4T20	4T19	%	2020	2019	%
R\$ milhões	21	13	61,5%	83	58	43,1%
Receitas financeiras	(251)	(225)	11,6%	(1.103)	(1.072)	2,9%
Despesas Financeiras Dividas	(64)	(31)	106,5%	(195)	(65)	200,0%
Despesas Financeiras CDCI	(57)	(58)	-1,7%	(222)	(237)	-6,3%
Custo Venda Recebível do Cartão	(12)	(37)	-67,6%	(180)	(311)	-42,1%
Juros de Passivo de arrendamento	(96)	(108)	-11,1%	(388)	(423)	-8,3%
Outras despesas financeiras	(22)	9	-344,4%	(118)	(36)	227,8%
Resultado financeiro antes de atualizações (230)	(212)	(212)	8,5%	(1.020)	(1.014)	0,6%
% Receita Líquida	-2,4%	-2,8%	0,4p.p.	-3,5%	-4,0%	0,4p.p.
Atualizações Monetárias	159	27	488,9%	324	52	523,1%
Resultado financeiro líquido	(71)	(185)	-61,6%	(696)	(962)	-27,7%
% Receita Líquida	-0,7%	-2,4%	1,7p.p.	-2,4%	-3,7%	1,3p.p.

Durante o 4T20 retomamos a política de desconto de recebíveis de cartões de crédito, porém numa menor proporção. Para o ano de 2020 houve redução de 42,1% nos descontos de recebíveis de cartão devido ao fortalecimento de caixa ocorrido no 2T20, principalmente em função da conclusão da oferta de *follow-on*.

Lucro líquido	4T20	4T19	%	2020	2019	%
R\$ milhões	21	13	61,5%	83	58	43,1%
LAIR	0,2%	-16,3%	16,5p.p.	3,2%	-7,8%	11,0p.p.
% Receita Líquida	315	364	-13,5%	81	571	-85,8%
Imposto de Renda	336	(875)	n/a	1.004	(1.433)	n/a
Lucro Líquido (Prejuízo)	3,5%	-11,5%	15,0p.p.	3,5%	-5,6%	9,1p.p.
Margem Líquida	A Companhia reportou lucro líquido contábil no 4T20 de R\$336 milhões, revertendo o prejuízo de R\$875 milhões.					

Ciclo Financeiro	4T20	4T19	(+/-)
R\$ milhões	6.176	4.565	+1.611
(+/-) Estoques	84	78	6 dias
(+/-) Fornecedores²	11.546	7.925	+3.621
Dias Fornecedores Total¹	156	136	21 dias
Varição Ciclo Financeiro	5.370	3.360	+2.010

(¹) Dias de CMV
(²) Fornecedores + Fornecedores Convênio. Seriam os valores do ciclo financeiro se não houvesse a operação de CCB que reclassificou o saldo de fornecedores para rubrica "Empréstimos e financiamentos" no montante de R\$2,5 bilhões e R\$ 760 MM do programa de antecipação a fornecedores com caixa próprio (Portal) feito em dez/20. Encerramos o 4T20 com aumento nos estoques e fornecedores, observando uma variação de R\$ 2,0 bilhões no ciclo financeiro. O aumento dos estoques (variação de R\$1,6 bilhão vs. 4T19) é devido a uma decisão estratégica de fortalecimento da posição de estoques considerando o atual momento do mercado e risco de desabastecimento. Tal decisão provou-se acertada em 2020 reflexo do ganho de *market-share* observado no período.

Capital de Giro	31.12.2020	31.12.2019	Δ
R\$ milhões	2.840	2.190	650
(+) Contas a receber (sem cartões de crédito)	6.176	4.565	1.611
(+) Estoques	209	139	70
(+) Partes relacionadas			



continuação

BALANÇO PATRIMONIAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	Notas 31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Ativos				
Circulantes				
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.925	1.320	2.984
Contas a receber	6	7.901	5.111	7.907
Estoque	7	6.149	4.550	6.176
Tributos a recuperar	8	2.366	1.029	1.394
Partes relacionadas	9	154	151	209
Despesas antecipadas	9	276	53	281
Instrumentos financeiros - hedge de valor justo	13	-	2	-
Outros ativos		259	135	297
Total dos ativos circulantes		19.130	12.351	19.248
Não circulantes				
Contas a receber	6	888	366	888
Tributos a recuperar	8	4.052	2.793	4.052
Tributos diferidos	16 (c)	1.535	1.431	1.607
Partes relacionadas	9	67	86	97
Depósitos judiciais	17 (e)	54	609	676
Instrumentos financeiros		-	43	-
Outros ativos		136	150	137
Investimentos	10	1.173	973	206
Imobilizado	11	1.335	1.277	1.413
Intangível	12	661	547	1.653
Ativo de direito de uso	18	3.039	3.612	3.079
Total dos ativos não circulantes		13.530	11.887	13.808
Total dos ativos		32.660	24.238	33.056
			24.424	

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Atribuível aos acionistas da Companhia										
		Reservas de capital					Reservas de lucros			Outros resultados		
		Capital social	Transações de capital	Especial de ágio	Reserva de ações	Incentivos fiscais	Opções outorgadas	Ações em tesouraria	Subvenção para investimento	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		2.899	(1.232)	279	-	8	75	-	13	-	(42)	1.999
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	(1.433)	-	(1.433)
Ajustes de instrumentos financeiros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10)	(10)
Tributos sobre ajustes de instrumentos financeiros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
Resultado abrangente total		-	-	-	-	-	-	-	-	(1.433)	(6)	(1.439)
Aumento de capital	20 (a)	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Opções outorgadas reconhecidas	20 (d)	-	-	-	-	-	14	-	-	-	-	14
Absorção de prejuízos acumulados		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		2.903	(1.232)	279	-	8	89	(1)	(13)	-	(13)	1.999
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	1.004	(48)	578
Ajustes de instrumentos financeiros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(24)	(24)
Tributos sobre ajustes de instrumentos financeiros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	8
Ajustes de conversão do período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)	(3)
Resultado abrangente total		-	-	-	-	-	-	-	-	1.004	(19)	985
Aumento de capital	20 (a)	2.230	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.230
Gastos com emissão de ações	20 (a)	(94)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(94)
Opções outorgadas reconhecidas		-	-	-	-	-	53	-	-	-	-	53
Ágio na subscrição de ações	20 (d)	-	-	-	-	2.227	-	-	-	-	-	2.227
Saldos em 31 de dezembro de 2020		5.039	(1.232)	279	-	8	142	(1)	-	1.004	(67)	5.979

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Via Varejo S.A., diretamente ou por meio de suas controladas ("Companhia" ou "Via Varejo"), atua no mercado varejista de eletroeletrônicos, eletrodomésticos e móveis através das bandeiras "Casas Bahia", "Ponto Frio", além das plataformas de e-commerce pontofrio.com.br, "casasbahia.com.br" e "extra.com.br". Sua sede está localizada em São Caetano do Sul, Estado de São Paulo - Brasil. A Companhia está listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), com o mais elevado padrão de governança corporativa, sob o código "VVARR3". Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 27 Centros de Distribuição e entrepostos e realizava suas vendas por meio de 1.052 filiais ativas (857 com a bandeira Casas Bahia e 195 com a bandeira Ponto Frio). Do total de lojas, 284 eram localizadas em shopping centers e 768 eram lojas de rua, localizadas em todas as regiões do país. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** 2.1. Base de elaboração, apresentação e declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB") e, também, pelas práticas financeiras adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Financeiros ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de mensuração e moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas adotam o Real ("R\$") como moeda funcional e de apresentação, sendo demonstradas em milhões de R\$. Essas informações foram preparadas baseadas no custo histórico de cada transação, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e remuneração baseada em ações. **2.3. Declaração de conformidade:** Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, a autorização para emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 02 de março de 2021. **2.4. Declaração de relevância:** A Administração da Companhia aplicou a orientação técnica CPC 7 e a Deliberação CVM nº 727/14, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. **2.5. Julgamentos, estimativas e premissas financeiras significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas financeiras e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas financeiras. Dessa forma, os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são continuamente revistas, e tais revisões podem ser reconhecidas nos períodos em que são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem: perdas para redução do valor recuperável de contas a receber, estoques e intangíveis com vida útil indefinida, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para litígios e demandas judiciais, valor justo de ativos e passivos e mensuração de instrumentos financeiros. **2.6. Impactos da COVID-19:** A referida pandemia já demonstrou ter impactos relevantes na economia brasileira de uma forma geral e no setor de varejo em específico, incluindo orientações para restrição do horário de funcionamento e o fechamento dos estabelecimentos comerciais. Esta situação resultou em condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global, afetando a disponibilidade de determinadas mercadorias comercializadas pela Companhia. Adicionalmente, o aumento significativo dos casos de COVID-19 em diversas regiões do Brasil onde a Companhia opera, em conjunto com as medidas adotadas para contenção do surto e de isolamento social culminaram no fechamento temporário de nossas lojas físicas a partir de 21 de março de 2020. A partir do segundo trimestre de 2020, em virtude da implementação de medidas estratégicas e investimentos em tecnologia e na plataforma de negócios apresentamos uma forte aceleração das vendas via o canal digital resultando em expressivos ganhos de market share. Adicionalmente, as lojas foram sendo reabertas de acordo com os cronogramas e padrões de segurança definidos pelos Estados e municípios. A quantidade de lojas em funcionamento ao final de 30 de junho de 2020 era de 639. Durante o terceiro trimestre de 2020, as lojas foram gradualmente reabertas, de forma que, em 31 de dezembro de 2020, praticamente todas as lojas da Companhia já estavam em funcionamento. Independentemente da liberação para reabertura das lojas em diversos estados, a Companhia continua adotando uma série de medidas visando mitigar os impactos gerados pela COVID-19 em suas operações, incluindo, mas não se limitando: (i) instituição de dois comitês extraordinários visando maior celeridade na tomada de decisão e na reação da Companhia a eventuais novos desafios decorrentes da pandemia da COVID-19; (ii) adoção de medidas de prevenção de caixa, de forma que a Companhia tenha os recursos necessários para manter a continuidade de suas operações e assegurar a continuidade das operações em tecnologia e com distribuição de mercadorias em quantidade suficiente para fazer frente a demanda futura e evitar possível falta de produtos; (iii) contínuo investimento em sua rede de lojas e centros de distribuição, logística, plataforma de negócios e canal online, buscando cada vez mais aprimorar o nível de serviço oferecido aos clientes que se tornaram cada vez mais multicanal; (iv) manutenção da estrutura de home office para seus colaboradores enquanto for necessário, em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades públicas competentes; e (v) criação de um hotline 0800 para esclarecer eventuais dúvidas de nossos colaboradores relacionada a saúde em geral e especificamente à COVID-19 diante da pandemia. Não obstante, neste momento, nem a Companhia nem sua Administração conseguem prever ou estimar precisamente o impacto nos resultados futuros das operações, nos fluxos de caixa ou na condição financeira futura da Companhia, uma vez que a COVID-19 continua a impactar a atividade econômica mundial em geral e o setor de varejo brasileiro especificamente, representando novos riscos à Companhia, colaboradores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e outros parceiros de negócios. Por outro lado, com o início do plano nacional de imunização é possível estimar uma melhora gradativa na atividade econômica brasileira no ano de 2021. **Principais riscos associados a COVID-19 nas operações da Companhia:** a) Risco de continuidade operacional: Os riscos decorrentes de surtos de doenças e epidemias de saúde, notadamente aqueles oriundos da epidemia provocada pela COVID-19, podem contribuir de maneira significativa para a deterioração das condições econômicas no Brasil e no mundo, e poderiam trazer, entre outras consequências: (i) risco de desabastecimento para o setor de varejo, em virtude dos grandes países produtores de componentes eletroeletrônicos estarem localizados no continente asiático de modo que são importados com meses de antecedência. Estima-se que somente a China responde por 42% dos componentes eletrônicos importados pelas indústrias brasileiras do setor, adicionalmente, estima-se que (ii) pode ser mais difícil ou oneroso obter financiamento para as operações ou financiar dívidas no futuro; (iii) impacto na condição financeira de alguns dos clientes e fornecedores e; (iv) alterar os programas de investimentos de uma forma geral. A Companhia manteve seu planejamento de compras ao longo de 2020 para se preparar quanto ao risco de desabastecimento. Adicionalmente, a Companhia efetuou alongamento de dívidas de aproximadamente R\$4 bilhões durante o segundo trimestre de 2020 e que somado à capitalização via emissão da oferta subsequente de ações (follow-on) da Companhia no montante de aproximadamente R\$4,4 bilhões, resultou em reforço e preservação de caixa no total de R\$8,4 bilhões. A Companhia acredita que não possui risco de continuidade operacional. No entanto, mudanças futuras que deteriorarem o ambiente econômico e de negócios no segmento que a Companhia atua, ou mudanças relevantes na economia ou no mercado financeiro, com possível aumento da percepção de risco ou redução da liquidez e capacidade de financiamento, maior que estimado, podem levar a Companhia a rever suas estimativas de desempenho futuro e, eventualmente, poder afetar a capacidade da Companhia de atender suas obrigações e/ou levar a uma revisão de sua operação e perspectiva de crescimento futuro. b) Risco de perdas com base no valor realizável dos estoques: O pronunciamento técnico CPC 16 - Estoques, estabelece que a Companhia mensure seus estoques pelo menor valor entre custo ou valor realizável líquido. Valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para conclusão e despesas de vendas diretamente relacionadas. A Companhia avalia mensalmente se os estoques estão apresentados por seu valor realizável, e quando aplicável, registra as perdas em virtude da existência de estoques com valor superior ao valor realizável. Para tanto, a Companhia utiliza o preço estimado de venda no curso normal dos negócios como premissa. O montante total de perdas estimado ao valor realizável líquido está apresentado na nota explicativa nº 7. c) Risco relacionado a recuperabilidade de ativos financeiros: As perdas esperadas pela não recuperabilidade de investimentos financeiros de longo prazo (índice de enlivelamento ou de cobertura de juros, por exemplo) são os aspectos determinantes do risco de crédito do portfólio como o histórico de perdas. Além disso, a Administração avalia de forma constante fatores econômicos que poderiam afetar sua operação de crédito. Neste processo são levados em consideração dados internos e variáveis exógenas, como por exemplo, o nível de desemprego informado na PNAID - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, bem como outros indicadores macro econômicos que impactam os negócios da companhia, como nível de confiança do consumidor e renda. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia, líquida de perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros, é o valor das contas a receber deduzido do valor do risco efetivo de eventos relacionados a contas a receber de clientes, que estão apresentados na nota explicativa nº 6. d) Risco relacionado a recuperabilidade do ativo imobilizado: O ativo imobilizado deve ser reconhecido pelo menor valor entre o valor contábil e o seu valor recuperável, sendo que o valor contábil representa a soma do custo histórico e a depreciação acumulada do ativo. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso do ativo ou o seu valor justo menos o custo de venda. Caso o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável, o valor excedente é reconhecido no resultado do exercício. Anualmente, a Companhia realiza o teste de impairment de seus ativos imobilizados, avaliando a existência de evidências internas ou externas de que os ativos estejam reconhecidos por valores que excedam seu valor recuperável. Essas evidências são substancialmente definidas por perda recorrente de rentabilidade nas unidades geradoras de caixa e condições macroeconômicas razoavelmente diferentes da última avaliação de recuperação realizada, entre outras, em virtude do cenário macroeconômico. A Companhia realizou nova análise referente a necessidade de reduzir o valor recuperável de seus ativos. Vide nota explicativa nº 11. e) Covenants: O pronunciamento contábil CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Financeiras, estabelece que se uma entidade quebrar um acordo contratual (covenant) de um empréstimo de longo prazo (índice de enlivelamento ou de cobertura de juros, por exemplo) ao término ou antes do término do período de reporte, tornando o passivo vencido e pagável à ordem do credor, o passivo deve ser classificado como circulante mesmo que o credor tenha concordado, após a data do balanço e antes da data da autorização para emissão das demonstrações financeiras, em não exigir pagamento antecipado como consequência da quebra do covenant. O passivo deve ser classificado como circulante porque, à data do balanço, a entidade não tem o direito incondicional de diferir a sua liquidação durante pelo menos doze meses após essa data. A manutenção do vencimento contratual das debêntures em seu vencimento original está condicionada ao cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants"), as quais a Companhia vem cumprindo regularmente. Os principais indicadores de cumprimento de cláusulas restritivas estão apresentados na nota explicativa nº 13(d). **2.7. Aquisições:** De acordo com os Comunicados divulgados ao mercado, ao longo do

Balanço patrimonial

	31.12.2020	31.12.2019
Ativos circulantes	45	89
Intangível - software	85	148
Ativos não circulantes	148	148
Total	178	185
Passivos circulantes	148	148
Passivos não circulantes	102	19
Patrimônio líquido	(19)	148

Foi elaborado estudo por especialista independente para a efetivação da compra e segregação do ágio, utilizando as demonstrações financeiras da época da aquisição para a alocação do preço de compra. O ágio gerado na aquisição representa o montante de R\$189, que compreende a relação entre o valor da consideração transferida pela Companhia, no montante de R\$170, e o valor justo do patrimônio da empresa adquirida. Este ágio é atribuído, principalmente, ao sistema de gestão de estoque e ao sistema de controle dos negócios existentes da Companhia. O valor do desembolso de caixa para aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido, é de R\$50, que corresponde ao montante de R\$92, pago em 2020 deduzido do caixa adquirido de R\$42. c) IXPX Tecnologia e Participações S.A. ("IXPX"): Em 29 de outubro de 2020, a Companhia divulgou aos seus acionistas e ao mercado em geral, a celebração, por meio da sua controlada VVLLog, dos documentos definitivos relativos à aquisição de 100% (cem por cento) das ações emitidas pela IXPX Tecnologia e Participações S.A. A IXPX é uma empresa de tecnologia especializada em desenvolvimento de soluções para o e-commerce. Essa aquisição é parte de uma estratégia de aceleração da transformação digital da Companhia, desta vez focando na evolução de projetos específicos como marketplace e logística. d) Growth Partners Investimentos e Participações S.A. ("Growth" ou "Distrito"): Em 09 de novembro de 2020, a Companhia divulgou aos seus acionistas e ao mercado em geral, que por meio de sua controlada Cnova, foram celebrados os documentos definitivos relativos à aquisição de 16,67% do Capital da Growth Partners Investimentos e Participações S.A., sociedade que detém o controle da startup Distrito. Nessa ocasião, a Cnova adquiriu 14,58% do capital social da respectiva, bem como celebrou um instrumento de opção de compra de ações para aquisição de 2,09% das ações ordinárias de emissão do Distrito. Fundado em 2014, o Distrito é uma hub de inovação que detém uma plataforma completa para apoiar empresas em sua transformação digital através da tecnologia. Com o seu ecossistema de inovação aberta, sustentado por dados e inteligência artificial, o Distrito conecta grandes empresas, startups, investidores e acadêmicos, para gerar novos modelos de negócios vencedores, mais colaborativos, eficientes, transparentes e sustentáveis. **2.8. Oferta subsequente de ações ("Follow on"):** Em 03 de junho de 2020, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração (RCA) e a emissão inicial de 220.000 ações ordinárias, com o objetivo de captar R\$15,00 pelo Conselho de Administração, após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a investidores profissionais. Diante do preço por Ação e da emissão de 297.000 ações, o montante total da Oferta foi de R\$4.455.000,00. O capital social da Companhia foi aumentado em R\$2.227.500,00, mediante a emissão de 297.000,00 de novas ações, dentro do limite de capital autorizado, conforme aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de junho de 2020, e valor remanescente de R\$2.227.500,00 foi destinado à formação de reserva de ações. A Companhia está avaliando os impactos da adoção destas novas ações e o impacto de operações destinadas para (i) investimentos em tecnologia e logística, inovação e desenvolvimento; e (ii) otimização da estrutura de capital da Companhia, incluindo reforço de capital de giro. **3. Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e ainda não adotados:** As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2020 não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia, salvo pelas alterações mencionadas a seguir. Adicionalmente, o IASB emitiu/revistou algumas normas IFRS, as quais tem a adoção para o exercício de 2021 ou após. A Companhia está avaliando os impactos da adoção destas novas normas em suas demonstrações financeiras: Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2023, com aplicação retrospectiva. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras. **4. Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. A seguir, algumas práticas de modo geral, em diferentes aspectos das informações financeiras: Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2023, com aplicação retrospectiva. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras. **4. Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. A seguir, algumas práticas de modo geral, em diferentes aspectos das informações financeiras: Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2023, com aplicação retrospectiva. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras. **4. Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. A seguir, algumas práticas de modo geral, em diferentes aspectos das informações financeiras: Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2023, com aplicação retrospectiva. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras. **4. Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. A seguir, algumas práticas de modo geral, em diferentes aspectos das informações financeiras: Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2023, com aplicação retrospectiva. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras. **4. Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. A seguir, algumas práticas de modo geral, em diferentes aspectos das informações financeiras: Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2023, com aplicação retrospectiva. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras. **4. Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. A seguir, algumas práticas de modo geral, em diferentes aspectos das informações financeiras: Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2023, com aplicação retrospectiva. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras. **4. Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. A seguir, algumas práticas de modo geral, em diferentes aspectos das informações financeiras: Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2023, com aplicação retrospectiva. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras. **4. Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. A seguir, algumas práticas de modo geral, em diferentes aspectos das informações financeiras: Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2023, com aplicação retrospectiva. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras. **4. Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. A seguir, algumas práticas de modo geral, em diferentes aspectos das informações financeiras: Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2023, com aplicação retrospectiva. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras. **4. Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. A seguir, algumas práticas de modo geral, em diferentes aspectos das informações financeiras: Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2023, com aplicação retrospectiva. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras. **4. Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. A seguir, algumas práticas de modo geral, em diferentes aspectos das informações financeiras: Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2023, com aplicação retrospectiva. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras. **4. Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. A seguir, algumas práticas de modo geral, em diferentes aspectos das informações financeiras: Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2023, com aplicação retrospectiva. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras. **4. Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. A seguir, algumas práticas de modo geral, em diferentes aspectos das informações financeiras: Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2023, com aplicação retrospectiva. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras. **4. Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. A seguir, algumas práticas de modo geral, em diferentes aspectos das informações financeiras: Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2023, com aplicação retrospectiva. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras. **4. Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. A seguir, algumas práticas de modo geral, em diferentes aspectos das informações financeiras: Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2023, com aplicação retrospectiva. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras. **4. Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. A seguir, algumas práticas de modo geral, em diferentes aspectos das informações financeiras: Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2023, com aplicação retrospectiva. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras. **4. Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. A seguir, algumas práticas de modo geral, em diferentes aspectos das informações financeiras: Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2023, com aplicação retrospectiva. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras. **4. Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. A seguir, algumas práticas de modo geral, em diferentes aspectos das informações financeiras: Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2023, com aplicação retrospectiva. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras. **4. Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. A seguir, algumas práticas de modo geral, em diferentes aspectos das informações financeiras: Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2023, com aplicação retrospectiva. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras. **4. Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. A seguir, algumas práticas de modo geral, em diferentes aspectos das informações financeiras: Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2023, com aplicação retrospectiva. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras. **4. Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. A seguir, algumas práticas de modo geral, em diferentes aspectos das informações financeiras: Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2023, com aplicação retrospectiva. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras. **4. Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. A seguir, algumas práticas de modo geral, em diferentes aspectos das informações financeiras: Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Es

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 - Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Composição dos saldos e movimentação:

	Controladora				Consolidado			
	Saldo em 31.12.2020		Saldo em 31.12.2019		Saldo em 31.12.2020		Saldo em 31.12.2019	
	Depreciação	Custo	Depreciação	Custo	Depreciação	Custo	Depreciação	Custo
Terrenos	11	11	12	12	15	15	15	15
Edifícios	15	(8)	7	15	7	19	(13)	7
Beneficiárias em imóveis de terceiros	1.090	(452)	638	1.069	(391)	678	1.092	(451)
Máquinas e equipamentos	251	(151)	100	225	(135)	90	440	(290)
Equipamentos de informática	602	(393)	209	503	(333)	170	605	(393)
Instalações	158	(53)	105	152	(60)	92	177	(62)
Móveis e utensílios	356	(191)	165	311	(163)	148	358	(193)
Veículos	5	(4)	1	5	(4)	1	12	(7)
Imobilizado em andamento	82	-	82	63	-	63	85	-
Outros	61	(44)	17	54	(38)	16	63	(45)
2.631	(1.296)	1.335	2.409	(1.132)	1.277	2.866	(1.453)	1.413

	Controladora				Consolidado			
	Saldo em 31.12.2018		Saldo em 31.12.2019		Saldo em 31.12.2018		Saldo em 31.12.2019	
	Adições	Depre-Transfe- rências	Adições	Depre-Transfe- rências	Adições	Depre-Transfe- rências	Adições	Depre-Transfe- rências
Terrenos	12	-	12	-	15	-	15	-
Edifícios	6	-	7	-	7	-	7	-
Beneficiárias em imóveis de terceiros	658	(20)	(69)	99	678	10	(20)	(69)
Máquinas e equipamentos	71	4	(4)	(17)	12	90	6	(1)
Equipamentos de informática	169	24	(41)	(48)	64	170	24	(45)
Instalações	78	12	(8)	(12)	22	92	87	16
Móveis e utensílios	167	5	(30)	(24)	27	148	5	(33)
Veículos	-	-	-	-	1	18	-	(8)
Imobilizado em andamento	115	173	(1)	-	(224)	63	116	172
Outros	17	-	(2)	(8)	9	16	17	(1)
1.293	231	29	(105)	(180)	9	1.277	1.444	236

	Controladora				Consolidado			
	Saldo em 31.12.2019		Saldo em 31.12.2020		Saldo em 31.12.2019		Saldo em 31.12.2020	
	Adições	Depre-Transfe- rências	Adições	Depre-Transfe- rências	Adições	Depre-Transfe- rências	Adições	Depre-Transfe- rências
Terrenos	12	-	11	-	15	-	15	-
Edifícios	7	-	7	-	7	-	7	-
Beneficiárias em imóveis de terceiros	678	17	(70)	28	638	17	(15)	28
Máquinas e equipamentos	90	24	(16)	2	100	152	27	4
Equipamentos de informática	170	62	(30)	(61)	8	209	62	30
Instalações	92	43	(15)	(4)	105	104	43	(15)
Móveis e utensílios	148	1	32	(22)	6	165	148	1
Veículos	1	-	-	-	1	9	-	(4)
Imobilizado em andamento	63	68	-	(49)	82	64	70	-
Outros	16	7	(1)	(7)	2	17	7	(1)
1.277	222	35	(187)	(12)	1.335	1.369	227	30

d) Classificação da depreciação e amortização do Imobilizado e Intangível na Demonstração do resultado: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu os seguintes montantes de depreciação e amortização no Custo de mercadorias e serviços vendidos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020
Depreciação e amortização	37	42	52	65

	Controladora				Consolidado			
	Saldo em 31.12.2019		Saldo em 31.12.2020		Saldo em 31.12.2019		Saldo em 31.12.2020	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Ágio (i)	-	-	-	-	-	-	-	-
Software em desenvolvimento	181	189	(105)	-	(14)	251	181	189
Software e licenças	291	9	129	(91)	21	359	294	18
Direitos contratuais (ii)	74	-	(1)	(28)	-	45	-	-
Marcas e patentes (iii)	-	-	-	-	-	46	-	-
Contrato vantajoso (iv)	-	-	-	-	-	23	-	-
Fundo de comércio (v)	1	-	-	-	5	6	1	-
547	198	23	(119)	12	661	1.245	207	23

(i) Ágio: A Companhia mantém ágio por expectativa de rentabilidade futura decorrente da aquisição da: (a) Bartira em 2013, no montante de R\$627; (b) ASAPLog em 2020, no montante de R\$3; (c) Airfox em 2020, no montante de R\$189 e; (d) IXP em 2020, no montante de R\$11. (ii) Direitos contratuais: Os direitos contratuais da Companhia referem-se à reatuação dos direitos de intermediação de seguro e garantia estendida. A vida útil destes ativos foi estabelecida com base na data de término dos direitos readquiridos; (iii) Marcas e patentes: Em consequência da combinação de negócios da Bartira, foi reconhecido um valor para essa marca no montante de R\$46 com base na metodologia royalties relief, que representa o quanto seria a remuneração praticada pelo mercado pela utilização da marca, caso esta não fosse adquirida; (iv) Contrato vantajoso: Como parte da combinação de negócios da Bartira, o imóvel utilizado por Bartira é objeto de arrendamento, tendo Casa Bahia Comercial Ltda. como arrendadora. Sua mensuração foi realizada com base em informações de transações comparáveis no mercado; (v) Fundos de comércio: Os fundos de comércio referem-se aos valores pagos a antigos proprietários de pontos comerciais. d) Testes de redução ao valor recuperável do ativo intangível (impairment): A Companhia analisa, pelo menos anualmente, se há indícios de que os ativos intangíveis com vida útil definida não são capazes de gerar benefícios econômicos futuros através de geração de receita de venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela Companhia. A Administração da Companhia efetua, pelo menos anualmente, análise, em conjunto com seu departamento de tecnologia da informação, com a finalidade de verificar se os projetos de softwares em andamento possuem viabilidade econômica. Aquelles casos em que não seja provável que os ativos intangíveis seriam capazes de gerar benefícios econômicos e/ou que sua manutenção não esteja alinhada com a estratégia atual da administração da Companhia, são descontinuados. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia efetuou a respectiva análise e, como consequência, não houve perda relacionada à redução ao valor recuperável. Para a determinação do valor recuperável dos ativos intangíveis relativos à combinação de negócios, os seus respectivos valores foram devidamente alocados ao único segmento que a Companhia reporta. A aquisição da Bartira foi estratégica e realizada com o objetivo de permitir um fornecimento contínuo de móveis, importante categoria de vendas para a Companhia em ambos os negócios, bem como alavancar o fluxo de clientes para as lojas, qual beneficia fortemente todas as demais categorias de produtos. Dessa forma, o teste de impairment para o ágio foi realizado tomando os fluxos de caixa futuros projetados para os próximos 10 anos da Via Varejo em virtude do plano de negócios da Companhia que é estruturado de forma a demonstrar a realização de seus ativos nesse prazo. Para a determinação do valor recuperável, quatro principais premissas foram utilizadas na elaboração do teste: (i) taxa de crescimento do Quinquênio 2021-2025, conforme o planejamento estratégico da Companhia; (ii) taxa de crescimento real das vendas (descontada inflação) de 0,5% do sexto ao décimo ano; (iii) taxa de desconto representativa ao custo médio ponderado de capital da investida Bartira de 13,75% a.a.; e (iv) estabilidade da margem EBITDA a partir do quarto ano. A perpetuidade foi calculada considerando as mesmas premissas do último período. Essa análise não indicou a necessidade de reconhecimento de perdas desse ativo.

13. **Prémissas e financiamentos:** a) Composição dos saldos:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
CDCI (i)	5,39% a.a.	4.647
Empréstimos em moeda nacional (ii)	CDI + 3,67% a.a.	2.448
Debêntures (iii)	CDI + 3,27% a.a.	2.001
Notas promissórias (iv)	-	1.528
Empréstimos em moeda estrangeira	-	127
9.096	5.901	
Circulante	6.687	4.944
Não circulante	2.409	957
9.096	5.899	

Instalamentos financeiros - hedge de valor justo ativo
 (i) CDCI: As operações Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor ("CDCI") correspondem ao financiamento das vendas a prazo a clientes, por intermédio de instituições financeiras (vide nota explicativa nº 6). As taxas são pré-fixadas a cada contratação que a Companhia realiza. Em 31 de dezembro de 2020, a média ponderada das taxas praticadas pelas instituições financeiras para as operações de CDCI era de 5,39% a.a. (6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2019). (ii) Empréstimos em moeda nacional: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia firmou os seguintes contratos de Cédulas de Crédito Bancário (CCB):

Data da contratação	Valor da captação	Prazo	Juros	Amortização
29/06/2020	R\$ 2.503	2 anos	CDI + 3,82%	Carência de principal de 6 (seis) meses e amortização trimestral e juros trimestrais
26/11/2020	R\$ 150	3 anos	CDI + 2,59%	Principal e juros semestrais
26/11/2020	R\$ 150	3 anos	CDI + 2,65%	Principal e juros anuais

(iii) Debêntures: Em 23 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única. Foram emitidas 500.000 (quinhentas mil) debêntures no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), com remuneração de CDI + 0,99% a.a., amortização final e juros trimestrais, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. O prazo de vigência das debêntures é de 2 anos contados da data da emissão, e os recursos captados foram destinados para alongamento do perfil da dívida da Companhia. Em 25 de junho de 2020, a Companhia realizou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries. Foram emitidas 650.000 (seiscentos e cinquenta mil) debêntures no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 1ª série e 850.000 (oitocentos e cinquenta mil) debêntures no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 2ª série, remunerações de CDI + 3,75% a.a. e CDI + 4,25% a.a. respectivamente, com amortização final e juros trimestrais, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. O prazo de vigência da 1ª série é de 1 ano e da 2ª série de 2 anos, contados da data da emissão, e os recursos captados foram destinados para alongamento do perfil da dívida da Companhia. (iv) Notas promissórias: Em 10 de setembro de 2019, a Companhia realizou a 2ª emissão de notas promissórias comerciais, em série única, com vencimento em setembro de 2020. Foram emitidas 1.500 (mil e quinhentas) notas com valor nominal unitário de R\$1, com remuneração de 119% do CDI, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476/2009. Os valores captados foram utilizados para otimização do fluxo de caixa no curso e gestão ordinária dos negócios. Em 25 de junho de 2020, a Companhia realizou o resgate de 1.497 (mil e quatrocentas e noventa e sete) notas que estavam em circulação da 2ª emissão, colaborando assim para o alongamento do perfil da dívida da Companhia. O saldo remanescente das notas promissórias foi liquidado integralmente no vencimento. b) Movimentação: O quadro abaixo permite identificar as movimentações apresentadas nas atividades de financiamento do fluxo de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Fluxos de caixa de financiamento	4.321	4.325	4.321	4.325
Captações (i)	7.615	7.615	7.615	7.615
Amortizações (i)	(6.056)	(6.057)	(6.056)	(6.057)
Pagamento de juros (i)	(292)	(292)	(292)	(292)
Pagamento de juros swap	(13)	(13)	(13)	(13)
Incorporação Onova	3	-	3	-
Variações que não envolvem caixa	306	306	306	306
Juros incorridos (i)	6	6	6	6
Variação cambial	7	7	7	7
Marcação a mercado	2	2	2	2
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.899	5.899	5.899	5.899

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Fluxos de caixa de financiamento	10.247	10.247	10.247	10.247
Captações (i)	10.247	10.247	10.247	10.247
Amortizações (i)	(7.004)	(7.004)	(7.004)	(7.004)
Liquidações de contrato swap	6	6	6	6
Pagamento de juros (i)	(466)	(466)	(466)	(466)
Variações que não envolvem caixa	423	423	423	423
Juros incorridos (i)	5	5	5	5
Swaps	(4)	(4)	(4)	(4)
Variação cambial	(5)	(5)	(5)	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.096	9.096	9.096	9.096

(i) Em 31 de dezembro de 2020, os montantes referentes apenas às operações de CDCI foram de R\$5.944 de captações, R\$5.030 de amortizações, R\$2.392 de pagamento de juros e R\$219 de juros incorridos (R\$5.344, R\$4.993, R\$240 e R\$234 respectivamente em 31 de dezembro de 2019).
 c) Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo não circulante:

Ano	Controladora e Consolidado	
	2022	2023
	2.308	2.401
	2.409	1.097

d) Cláusulas restritivas: A Companhia monitora constantemente indicadores significativos, tais como o índice consolidado de alavancagem financeira, que é a dívida líquida total dividida pelo Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ajustado ("LAJIDA ajustado"), equivalente ao termo em inglês EBITDA ajustado ("Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization adjusted"). A manutenção do cumprimento contratual das debêntures em seu vencimento original está condicionada ao cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants"), as quais a Companhia vem cumprindo regularmente. Os principais indicadores de cumprimento de cláusulas restritivas são: Covenants sobre dívida líquida: (i) Dívida líquida ajustada não superior ao Patrimônio Líquido e; (ii) Relação entre dívida líquida ajustada, e o EBITDA ajustado para a verificação relativa a todos os trimestres. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas relacionadas aos empréstimos e financiamentos. 14. **Gerenciamento de riscos financeiros:** a) Política contábil: Quando não é possível obter o valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros em mercados ativos, o valor justo registrado nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 (IFRS 13) - Mensuração do valor justo, que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações de operações e transações comparáveis. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores afetam o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros. O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado e nas datas dos balanços. No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o benchmarking do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. b) Composição dos instrumentos financeiros: Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Ativos financeiros	2.925	1.320	2.984	1.364
Caixa e equivalentes de caixa	3.277	2.473	3.283	2.474
Contas a receber (exceto Administradoras de cartões de crédito)	311	237	306	262
Partes relacionadas	-	-	-	-
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	5.512	3.004	5.512	3.004
Administradoras de cartões de crédito	-	-	-	-
Valor justo por meio do resultado	-	-	-	-
Instrumentos financeiros - hedge de valor justo	-	2	-	2
Passivos financeiros	(7.704)	(7.232)	(7.799)	(7.278)
Custo amortizado	(7.704)	(7.232)	(7.799)	(7.278)
Fornecedores	(484)	(647)	(484)	(647)
Empréstimos e financiamentos (exceto moeda estrangeira)	(9.096)	(5.774)	(9.096)	(5.774)
Passivo de arrendamento	(3.908)	(4.543)	(3.963)	(4.583)
Partes relacionadas	(51)	(121)	(26)	(119)
Repassa a terceiros	(637)	(515)	(653)	(515)
Valor justo por meio do resultado	-	-	-	-
Empréstimos em moeda estrangeira	-	(127)	-	(127)

As operações de tesouraria da Companhia são regularmente reportadas para o Comitê de Finanças, órgão de assessoramento do Conselho de Administração e, se necessário, diretamente ao Conselho de Administração, o qual aprova as políticas que devem ser seguidas pela tesouraria da Companhia.

e) Testes de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (impairment): O valor recuperável das UGC's foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa para os próximos cinco anos. As premissas utilizadas no cálculo foram as seguintes: (i) taxa de crescimento do quinquênio 2021-2025, conforme o planejamento estratégico da Companhia; e (ii) taxa de desconto representativa ao custo médio ponderado de capital da Companhia de 9,77%. Foi considerada a taxa de inflação para todos os períodos de 3,5% a.a. Como resultado dessa análise, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foi registrada uma redução por impairment (R\$31 em 31 de dezembro de 2019, relacionada a 11 lojas). 12. **Intangíveis:** a) Política contábil: São compostos por ativos intangíveis da Companhia, basicamente pelo ágio gerado em combinações de negócio, marcas e contratos vantajosos adquiridos por combinação de negócios, fundos de comércio, softwares em desenvolvimento ou já desenvolvidos internamente e softwares adquiridos de terceiros. Os gastos com o desenvolvimento de software para uso interno são reconhecidos como custo de ativos intangíveis, desde que atendam os critérios mínimos de reconhecimento. No reconhecimento inicial de intangíveis adquiridos de terceiros, o valor reconhecido é o custo. No entanto, em uma combinação de negócios, todos os intangíveis identificados de forma confiável da investida, são mensurados a valor justo. O ágio gerado pela aquisição de controladas e as marcas têm vida útil indefinida, logo, não são amortizados, em virtude da perpetuidade e/ou valor positivo de recursos que a controlada adquirida gerará para os negócios. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. As respectivas vidas úteis são revistas anualmente e ajustadas prospectivamente, quando aplicável. Os intangíveis gerados internamente e os gastos com desenvolvimento de software que não atendem os critérios mínimos de reconhecimento são registrados no resultado do exercício, quando incorridos. Anualmente, ou sempre que houver indícios de incertezas na recuperação, os ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos a testes de recuperação. As vidas úteis médias ponderadas para cada classe de ativo intangível de vida útil definida são relacionadas a seguir:

	31.12.2020	
	Vida útil média ponderada	estimada em anos
Intangível		

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 - Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Lucro (prejuízo) antes da tributação	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	958	(1.991)	923	(2.004)
Subvenção de investimento (i)	401	–	416	–
Equivalência patrimonial	(9)	(72)	18	16
Prejuízo fiscal não reconhecido (ii)	–	–	(19)	(83)
Outras diferenças permanentes	(20)	(47)	(20)	(43)
Imposto de renda e contribuição social efetivos	46	558	81	571
Corrente reconhecido por meio do resultado	(35)	(2)	(33)	(5)
Diferido reconhecido por meio do resultado	81	560	114	576
Recargas (despesas) de imposto de renda	46	558	81	571

(i) A Companhia possui benefícios fiscais de redução do ICMS que são caracterizados como subvenção para investimentos conforme previsto na Lei Complementar 160/17 e Lei 12.973/14. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou a exclusão das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL. (ii) As controladoras Cnova e BarQI não reconhecem ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais por não haver expectativa de realização em função dos prejuízos decorrentes de exercícios anteriores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecido no balanço patrimonial referentes aos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, representam os montantes abaixo:

	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Cnova	450	446
BarQI	15	–

c) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos:	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Provisão para demandas judiciais	502	547	515	561
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	184	166	185	166
Prejuízos fiscais e bases negativas	528	352	609	407
Provisão para despesas correntes	115	40	118	41
Estimativa de perda de ativo imobilizado e estoque	42	132	42	132
Arrendamento mercantil	250	286	255	289
Outros	66	39	68	39
Total ativo fiscal diferido	1.687	1.535	1.792	1.634
Depreciação e amortização de imobilizado e intangível	(152)	(130)	(162)	(140)
PPA Bartira	–	–	(23)	(27)
Outros	–	–	(6)	(6)
Total passivo fiscal diferido	(152)	(130)	(191)	(173)
	1.535	1.405	1.601	1.461

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão apresentados no balanço patrimonial pelo montante líquido, por entidade contribuinte, da seguinte forma:

Ativo fiscal diferido	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Fiscalmente diferido	1.535	1.431	1.607	1.467
Realização esperada de imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos:	–	–	(6)	(6)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração, demonstrando a geração de lucros tributáveis futuros em montante suficiente à realização total desses valores, além da expectativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis, conforme indicado a seguir:

Em 31 de dezembro de 2020	Controladora		Consolidado	
	2021	2022	2021	2022
2021	471	178	481	189
2022	178	183	189	197
2023	209	219	224	229
2024	219	427	249	465
2025	–	–	–	–
Mais de 5 anos	1.687	1.792	1.792	1.792

17. Provisão para demandas judiciais: a) Política contábil: Para que as provisões para demandas judiciais apresentadas reflitam a melhor estimativa de desembolso futuro, os processos legais são avaliados pela Administração para estimar o potencial de perda de cada processo. Essa análise leva em consideração pareceres jurídicos emitidos por assessores legais além do histórico dos processos da Companhia e respectivos pagamentos. As provisões são constituídas para todos os processos que foram analisados e considerados como perda provável, ou com base no histórico de perdas, no caso de parte das causas trabalhistas, previdenciárias e cíveis. As provisões para demandas judiciais estão apresentadas de acordo com os valores dos processos, e não consideram os saldos de depósitos judiciais, já que esses estão classificados no ativo, dado que não existem as condições requeridas para apresentá-los com a provisão. Além disso, para os casos de honorários sobre êxito a Companhia tem como prática o provisionamento no momento em que há o julgamento em definitivo das causas. b) Estimativas e premissas contábeis: A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, tributários, trabalhistas, previdenciárias e cíveis que são classificados de acordo com o risco de perda: provável, possível e remoto. A análise quanto a probabilidade de perda é realizada pela Administração com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica. As provisões para demandas judiciais tributárias são constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável. Dessa forma, a Companhia constituiu provisões suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos. As provisões para demandas judiciais trabalhistas e cíveis são calculadas com base no histórico de perdas sobre toda a massa de processos, utilizando o percentual de sucesso para cada tipo de reclamação, e o valor médio de perdas por cargos de funcionário ou tipo de causa. Adicionalmente, para ações coletivas e aquelas que apresentam características que as diferenciam dos processos contidos na massa, a Companhia analisa o risco individual (de cada ação). Para cada processo, um escritório independente é contratado, analisa os riscos e efetua os cálculos dos valores correspondentes aos riscos aos quais a Companhia está exposta. Este valor é provisionado de acordo com o momento processual e considerando a probabilidade de perda, sendo que, em momentos em que já existam decisões nos autos, o valor provisionado é calculado com base no valor de liquidação.

c) Saldos e movimentação:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	Controladora		Consolidado	
	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis e outros	Total
Adições de processos novos e outras adições	114	686	103	903
Baixa de provisão por liquidação	–	(1.010)	(112)	(1.122)
Incorporação Cnova	–	2	29	31
Baixa de provisão por êxito e outras baixas	(108)	(234)	(106)	(448)
Atualização monetária	(5)	62	10	67
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2	1.475	322	1.799
Adições de processos novos e outras adições	–	788	192	980
Baixa de provisão por liquidação	–	(782)	(127)	(909)
Baixa de provisão por êxito e outras baixas	(2)	(19)	(114)	(245)
Atualização monetária	1	35	273	1.626
Saldo em 31 de dezembro de 2020	–	1.380	273	1.653

Saldo em 31 de dezembro de 2018: (i) Tributárias: Os processos tributários estão sujeitos, por lei, à atualização mensal, calculada com base nas taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Em todos os casos, tanto os encargos de juros quanto às multas dos montantes não pagos, quando aplicável, foram computados e provisionados em sua totalidade. Em 31 de março de 2019, a Companhia reverteu a provisão referente ao processo tributário relativo aos créditos de PIS e COFINS sobre as despesas de propaganda, no montante de R\$20,8 milhões, em decorrência de estudos técnicos, a essencialidade desses gastos sobre a performance de vendas nos últimos anos. Adicionalmente, baseada em opiniões recentes do Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) e em nossos consultores jurídicos externos, em uma eventual discussão judicial, a probabilidade de desembolso de caixa seria possível. Em 31 de dezembro de 2020, os principais processos tributários provisionados referem-se a não homologação de compensações relativas a crédito de PIS/COFINS, no montante de R\$38 (R\$39 em 31 de dezembro de 2019), tendo sido provisionado com base na avaliação dos advogados externos que foi corroborada pela Administração. (ii) Previdenciárias e trabalhistas: A Companhia é parte em vários processos trabalhistas relacionados com o pagamento de empregados, referente à rotatividade nominal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantém uma provisão no montante de R\$1.380 (R\$1.503 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia possui 22.275 processos trabalhistas ativos em 31 de dezembro de 2020 (28.180 em 31 de dezembro de 2019). A provisão para obrigações trabalhistas é calculada com base nas perdas efetivas históricas aplicadas à totalidade dos processos ativos por cargos, bem como, a avaliação individual de risco, para determinados processos com características singulares. (iii) Cíveis e outros: A Companhia responde às ações de natureza cível, sendo os principais processos são relacionados a: • Ações renovatórias de aluguel de lojas, em que a Companhia é obrigada a pagar valores provisórios de aluguéis até o trânsito em julgado. Durante o período de julgamento das ações, a Companhia constitui provisão entre a diferença do valor pago a título de aluguel provisório e os valores pleiteados pelos locadores. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da provisão era de R\$37 (R\$44 em 31 de dezembro de 2019); • Ações envolvendo direitos das relações de consumo. A Companhia possui 34.522 processos cíveis em andamento em 31 de dezembro de 2020 (41.471 em 31 de dezembro de 2019). A provisão é calculada com base no histórico de perdas, por tipo de reclamação e momento processual, aplicado sobre a totalidade dos processos ativos, bem como, a avaliação individual de risco, para determinados processos com características singulares. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da provisão era de R\$236 (R\$279 em 31 de dezembro de 2019). d) Passivos contingentes: A Companhia apresenta outras demandas que foram analisadas por consultores jurídicos e consideradas como perda possível e, portanto, não provisionadas, totalizando R\$167 (R\$183 em 31 de dezembro de 2019). e) Depósitos judiciais: A Companhia contesta o pagamento de certos impostos, contribuições, bem como referente a questões previdenciárias, trabalhistas e cíveis, para os quais efetuou depósitos recursais (vinculados), em montante equivalente aos pendentes de decisão legal. Este montante está registrado no ativo da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Previdenciárias e trabalhistas	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Tributárias	416	617	429	532
Cíveis e outros	66	31	77	32
	75	609	676	629

f) Garantias e fianças bancárias: Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia ofereceu garantias decorrentes de ações previdenciárias e trabalhistas, tributárias e cíveis, conforme demonstrado a seguir:

	31.12.2020
Previdenciárias e trabalhistas	1.779
Tributárias	1.337
Cíveis e outras	356
	3.472

A Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2020, fianças bancárias envolvendo acordos comerciais de serviços financeiros (receita diferida) e administrativas que totalizam R\$746. As garantias corporativas outorgadas pela Companhia Brasileira de Distribuição em 31 de dezembro de 2020 totalizam R\$2.497. **18. Operações de arrendamento mercantil:** a) Política contábil: O CPC 06 - Arrendamentos, introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. A norma determina que todos os arrendamentos e seus correspondentes direitos e obrigações contratuais deverão ser reconhecidos no balanço patrimonial. Ainda segundo a norma, estão

isentos de reconhecimento os arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses e cujo o ativo subjacente é de baixo valor. Também estão fora do escopo da norma contratos com prazo indeterminado e aqueles no qual a contraprestação tem base em valores variáveis. Para os arrendamentos isentos ou fora do escopo da norma, a Companhia realizou o reconhecimento como despesa no resultado do exercício, conforme incorrida. A Companhia reconheceu despesas variáveis de arrendamento de R\$39 na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2020 (R\$52 na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2019). Para cada contrato de arrendamento, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é reconhecido na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso da Companhia. Inicialmente, o ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, e posteriormente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos. O passivo de arrendamento é composto pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos ou fixos em essência, que seriam pagamentos mínimos acordados com o arrendador. Ao calcular o passivo de arrendamento, a Companhia utilizou a sua taxa incremental de empréstimos, a qual foi aplicada nominalmente para desconto dos fluxos de pagamento. Os juros sobre o passivo de arrendamento e a depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidos na Demonstração do resultado de acordo com o período do contrato. Como expediente prático, o arrendatário pode optar por não avaliar seu benefício concedido em um contrato de arrendamento, relacionado a COVID-19, e uma modificação do contrato de arrendamento e, assim, contabilizar as mudanças resultantes nos pagamentos de arrendamento no resultado do período. A Companhia e suas subsidiárias aplicaram o expediente prático a todos os benefícios concedidos em contratos de arrendamento em consonância com os requisitos da Deliberação nº 859/20. b) Composição dos saldos e movimentação:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Ativo de direito de uso	3.334	–	3.401	–
Adições e remensurações	935	941	941	941
Baixas	(167)	(173)	(173)	(173)
Depreciação	(524)	(529)	(529)	(529)
Incorporação Cnova	34	–	34	–
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.612	3.640	3.640	3.640
Adições e remensurações	359	360	360	360
Baixas	(354)	(356)	(356)	(356)
Depreciação	(578)	(581)	(581)	(581)
Combinação de negócios	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.039	3.079	3.039	3.079

Classificação da depreciação do Ativo de direito de uso na Demonstração do resultado
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu os seguintes montantes de depreciação do Ativo de direito de uso no Custo das mercadorias e serviços vendidos:

Depreciação	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Passivo de arrendamento	126	111	129	116

Saldo em 31 de dezembro de 2018	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Adição e remensuração	4.137	–	4.300	–
Baixas	(934)	939	939	939
Pagamento de principal	(486)	(497)	(497)	(497)
Pagamento de juros	(406)	(415)	(415)	(415)
Juros incorridos	413	423	423	423
Incorporação Cnova	118	–	118	–
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.543	4.583	4.583	4.583
Adição e remensuração	359	360	360	360
Baixas	(483)	(481)	(481)	(481)
Pagamento de principal	(420)	(424)	(424)	(424)
Pagamento de juros	(363)	(369)	(369)	(369)
Juros incorridos	383	388	388	388
Descontos obtidos	(91)	(91)	(91)	(91)
Combinação de negócios	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.908	3.963	3.963	3.963
Circulante	659	665	665	665
Não circulante	3.249	3.298	3.298	3.298

c) Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento reconhecidos no passivo não circulante:

Ano	Controladora		Consolidado	
	Fluxo bruto	Juros embutidos	Fluxo bruto	Juros embutidos
2022	173	(302)	173	(302)
2023	799	(259)	540	809
2024	683	(219)	464	693
2025	598	(181)	407	597
2026	486	(145)	353	507
Mais de 5 anos	1.201	(287)	914	1.229
	4.642	(1.393)	3.249	4.718

d) Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar: A Companhia possui o direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos. Na mensuração dos fluxos de caixa dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS e COFINS sobre o fluxo gerado bruto, em 31 de dezembro de 2020, de R\$426 na Controladora e R\$433 no Consolidado (R\$492 na Controladora e R\$499 no Consolidado em 31 de dezembro de 2019). e) Contratos por prazo e taxa de desconto:

Séries	Taxa média % a.a.	
	Em 31.12.2020	Em 31.12.2019
A4	6,47%	7,30%
A5	10,76%	6,56%
B5	15,13%	13,44%
E	14,44%	11,26%

f) Informações adicionais: Como descrito anteriormente, a Companhia adotou como taxa de desconto dos passivos de arrendamento a sua taxa incremental de empréstimo, que é calculada considerando o custo de capital da Companhia, baseado no CDI (Certificado de Depósito Interbancário) adicionado a um spread de risco, excluindo-se as garantias oferecidas nas operações de financiamentos. Os contratos de arrendamento da Companhia tem substancialmente seus fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários e para resguardar a representação fidedigna e atender as orientações da CVM em seu Ofício Circular CVM nº 2/2019, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, que foram efetivamente contabilizados e a estimativa dos saldos inflacionados.

Fluxo real	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Passivo de arrendamento	5.650	6.465	5.737	6.537
Juros embutidos	(1.742)	(1.922)	(1.774)	(1.954)
	3.908	4.543	3.963	4.583

Fluxo inflacionado	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Passivo de arrendamento	6.776	7.907	6.882	7.999
Juros embutidos	(2.259)	(2.540)	(2.272)	(2.583)
	4.517	5.367	4.610	5.416

O fluxo inflacionado foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim de cada contrato, incorporados a inflação futura projetada e descontados pela taxa incremental de financiamento, ou seja, a taxa de juros nominal. Na elaboração dos fluxos de caixa futuros contratuais, incorporando a inflação esperada foram utilizadas taxas obtidas através de cotações futuras de mercado, observadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, para os indexadores de inflação constante nos contratos de arrendamento (IPCA). As curvas de inflação foram obtidas na data de aprovação inicial do referido pronunciamento e no encerramento do exercício corrente, considerando as ações contratuais remanescentes. Complementarmente, os usuários dessas demonstrações financeiras podem, a seu critério, utilizar-se de outros itens fornecidos nessa nota explicativa, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo, para realizar projeções dos fluxos de pagamentos futuros indexados pelos índices de inflação observáveis no mercado. g) Impactos da COVID-19: Em 21 de março de 2020, a Companhia comunicou, por meio de fato relevante, o fechamento de todas as suas lojas físicas em decorrência das restrições implementadas pelas autoridades para enfrentamento da pandemia da COVID-19. Além disso, a Companhia divulgou um comunicado ao mercado em 17 de abril de 2020, em que restou informado que no âmbito da crise econômica mundial desencadeada pela pandemia da COVID-19, a Administração já estava, de forma preventiva e em linha com as medidas de preservação de caixa adotadas por diversas empresas, no atual contexto, renegociando a cobrança e o adiantamento do pagamento de alugueis relativos aos seus imóveis locados (em especial, das lojas físicas que contravam-se temporariamente fechadas em decorrência das medidas de contenção da pandemia). A Companhia esclareceu que todos os alugueis referentes ao mês de março de 2020 foram pagos, incluindo eventuais descontos negociados com os respectivos proprietários, sem prejuízo das demais medidas necessárias, visando a recuperação ou diferimento dos alugueis relativos a meses subsequentes. A Companhia destaca que conferiu tratamento isonômico a todos os locadores no contexto das renegociações, inclusive aos proprietários de imóveis enquadrados como partes relacionadas, nos termos da Política de transações com partes relacionadas da Companhia, o que não necessariamente implica em resultado idêntico em todas as negociações, dadas as peculiaridades e especificidades de cada locação. **19. Receitas diferidas:** a) Política contábil: As receitas diferidas decorrentes da antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de determinados serviços são reconhecidas na Demonstração do resultado do exercício à medida que as *performances* contidas nos respectivos contratos são cumpridas. b) Composição dos saldos:

Garantias complementares ou estendidas (i)	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Bradesco (ii)	115	240	145	240
Seguros e serviços (iii)	143	128	113	128
Outros	8	7	108	7

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 - Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. Resultado por ação: a) Política contábil: A Companhia apresenta dois métodos de cálculo do resultado por ação: (i) lucro (prejuízo) básico; e (ii) lucro diluído. O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria. O lucro diluído leva em consideração o número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, deduzidos os instrumentos patrimoniais potencialmente dilutivos sobre a participação de seus acionistas em exercícios futuros, tais como as opções de ações que, se exercidas pelos seus detentores, aumentarão o número de ações ordinárias da Companhia, diminuindo o lucro por cada ação. b) Quadro de resultado por ação: O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível (prejuízo) aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação.

	31.12.2020	31.12.2019
Numerador básico		
Lucro (prejuízo) básico alocado e não distribuído	1.004	(1.433)
Total Lucro (prejuízo) básico alocado e não distribuído	1.004	(1.433)
Denominador básico (em milhares de ações)		
Média ponderada da quantidade de ações	1.461.216	1.296.137

Lucro (prejuízo) básico por ação (em R\$)
Denominador diluído (em milhares de ações)
Opções de compra de ações
Média ponderada das quantidades de ações
Média ponderada diluída das ações

	31.12.2020	31.12.2019
Lucro (prejuízo) básico por ação (em R\$)	0,68707	(0,00111)
Denominador diluído (em milhares de ações)		
Opções de compra de ações	40.870	-
Média ponderada das quantidades de ações	1.461.216	1.296.137
Média ponderada diluída das ações	1.502.086	1.296.137
Lucro diluído (prejuízo) por ação (em R\$)	0,66838	(0,00111)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as opções de compra de ações não têm efeito dilutivo devido ao prejuízo apurado. **26. Cobertura de seguros:** A Companhia tem como prática a contratação de seguros, a fim de minimizar os riscos de danos ao patrimônio que possam acarretar prejuízos para os negócios. Os seguros compreendem a proteção das lojas, centros de distribuição, prédios administrativos, incluindo todo o imobilizado e estoques. A frota de caminhões e veículos leves também é segurada. Para quaisquer perdas que a Companhia venha a sofrer pela paralisação das atividades em decorrência de acidentes cobertos pela apólice, o seguro de lucro cessante cobre os prejuízos causados. As coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2020, são consideradas suficientes pela

Administração para cobrir possíveis sinistros e podem ser resumidas da seguinte forma:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Imobilizado e estoques	Riscos nomeados	13.400
Lucro	Lucros cessantes	5.388
Automóveis e outros (*)	Perdas e danos	108

(*) Não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas ("FIPE"). A Companhia mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil e administrativa no montante de R\$385. **27. Informações sobre os segmentos:** Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo tomador de decisões operacionais na decisão de alocar recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, conclui-se que a Companhia opera em um único segmento operacional no mercado varejista de eletroeletrônicos, eletrodomésticos e móveis.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Raphael Oscar Klein - Presidente	Marcel Cecchi Vieira - Vice - Presidente
Alberto Ribeiro Guth - Conselheiro independente	Renato Carvalho do Nascimento - Conselheiro independente
	Rogério Paulo Calderón Peres - Conselheiro independente

CONSELHO FISCAL

Olavo Fortes Campos Rodrigues Junior - Presidente	André Coji - Membro	Carlos Roberto de Albuquerque Sá - Membro
---------------------------------------------------	---------------------	-------------------------------------------

COMITÊ DE AUDITORIA, RISCOS E COMPLIANCE

Marcel Cecchi Vieira - Coordenador	Rogério Paulo Calderón Peres - Membro	Luiz Carlos Nannini - Membro
------------------------------------	---------------------------------------	------------------------------

DIRETORIA

Roberto Fulcherberguer Diretor Presidente	Abel Ornelas Vieira Vice-Presidente Comercial e de Operações	Alessandro Mendes Diretor de Contabilidade
Sérgio Augusto França Leme Vice-Presidente Administrativo	Orivaldo Padilha Vice-Presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	Eduardo Jiro Ota Contador 1SP225212/O-1
	Helisson Brígido Andrade Lemos Vice-Presidente de Inovação Digital e Recursos Humanos	

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Via Varejo S.A. ("Companhia"), em conformidade com o artigo 25, §1º, inciso VI da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, autorizando a sua conclusão nesta data.

Roberto Fulcherberguer Diretor Presidente	Sérgio Augusto França Leme Vice-Presidente Administrativo	Abel Ornelas Vieira Vice-Presidente Comercial e de Operações	Orivaldo Padilha Vice-Presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	Helisson Brígido Andrade Lemos Vice-Presidente de Inovação Digital e Recursos Humanos
-----------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Via Varejo S.A. ("Companhia"), em conformidade com o artigo 25, §1º, inciso V da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, autorizando a sua conclusão nesta data.

Roberto Fulcherberguer Diretor Presidente	Sérgio Augusto França Leme Vice-Presidente Administrativo	Abel Ornelas Vieira Vice-Presidente Comercial e de Operações	Orivaldo Padilha Vice-Presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	Helisson Brígido Andrade Lemos Vice-Presidente de Inovação Digital e Recursos Humanos
-----------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho Fiscal da Via Varejo S.A. ("Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes - Ernst & Young Auditores Independente S.S., datado de 2 de março de 2021, opinam favoravelmente que os referidos documentos, em todos os aspectos relevantes, estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia a ser convocada, nos termos da Lei nº 6.404/76.

Olavo Fortes Campos Rodrigues Junior Presidente	André Coji Membro	Carlos Roberto de Albuquerque Sá Membro
-----------------------------------------------------------	-----------------------------	---------------------------------------------------

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA, RISCOS E COMPLIANCE

Aos Srs. Membros do Conselho de Administração da Via Varejo S.A. ("Companhia") **1. Apresentação:** O Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance da Companhia ("Comitê") é órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, de caráter permanente, regido pela legislação e regulamentação aplicável, principalmente pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 308/99, pelo disposto no Estatuto Social da Companhia e por seu Regimento Interno. O Comitê foi instalado na reunião do Conselho de Administração de 24 de outubro de 2018, quando da migração da Companhia para o segmento especial de listagem da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, denominado Novo Mercado, sendo atualmente composto por 3 (três) membros. Em 07 de julho de 2020, o Conselho de Administração aprovou a atualização do Regimento Interno do Comitê, bem como a nova composição do Comitê, a saber: (i) o Sr. Fernando Dal-Ri Múrcia foi destituído do cargo de membro do Comitê; (ii) o Sr. Marcel Cecchi Vieira foi eleito como Coordenador do Comitê, e (iii) os Srs. Luiz Carlos Nannini e Rogério Paulo Calderón Peres foram eleitos como membros do Comitê. O mandato dos referidos membros vigorará até a primeira reunião do Conselho de Administração a ser realizada após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia do ano de 2022. O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração e atua com independência em relação à Diretoria. As suas competências e responsabilidades são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno. **2. Atividades Desenvolvidas:** Nos termos do Regimento Interno do Comitê, as reuniões ordinárias de tal órgão devem ser realizadas, no mínimo, bimestralmente. O Comitê reuniu-se 14 (quatorze) vezes no período de janeiro de 2020 a março de 2021. Todos os assuntos, orientações, discussões, recomendações e pareceres do Comitê foram consignados em atas de reuniões, as quais são assinadas pelos membros presentes do Comitê e permanecem arquivadas na sede da Companhia. As principais atividades realizadas pelo Comitê no período de janeiro de 2020 a março de 2021 foram: (a) Revisão do Regimento Interno do Comitê de Ética e da Política de Brindes e Presentes da Companhia; (b) Acompanhamento da investigação independente conduzida pelo Comitê de Investigação acerca das denúncias anônimas recebidas pela Companhia referentes a irregularidades contábeis ("Investigação"); (c) Acompanhamento dos principais controles e práticas implementadas pela Companhia no sentido de mitigar as inconsistências apuradas na Investigação; (d) Análise e recomendação acerca do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 (DF2019); (e) Análise e recomendação acerca das informações financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de março de 2020 (1T20); (f) Análise e recomendação acerca das informações financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de junho de 2020 (2T20); (g) Acompanhamento do plano de trabalho da Auditoria Externa da Companhia; (h) Acompanhamento da transição da área de Auditoria Interna da Companhia; (i) Análise e recomendação acerca das informações financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2020 (3T20); (j) Revisão do novo Código de Conduta Ética da Companhia; (k) Análise e recomendação acerca do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 (DF2020). **3. Conclusões:** Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições, Doações e Patrocínios da Companhia; (l) Análise e recomendação acerca do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo Comitê quanto ao fechamento das Demonstrações Financeiras, em especial decorrente das informações prestadas pela Companhia, seus Auditores Independentes, os membros do Comitê manifestam que não encontraram objeção no encaminhamento dos referidos documentos para a devida apreciação pelo Conselho de Administração da Companhia, com a posterior recomendação de aprovação aos Acionistas em Assembleia Geral.

Marcel Cecchi Vieira Coordenador	Luiz Carlos Nannini Membro	Rogério Paulo Calderón Peres Membro
--------------------------------------------	--------------------------------------	-----------------------------------------------

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da Via Varejo S.A. - São Caetano do Sul - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Via Varejo S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Via Varejo em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Mensuração da provisão para demandas judiciais trabalhistas e civis: Em 31 de dezembro de 2020, a provisão para demandas trabalhistas e civis totalizou R\$ 1.625 milhões na controladora e R\$ 1.653 milhões no consolidado, conforme divulgado na nota explicativa 17.c às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia e suas controladas são parte em número significativo de ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo matérias trabalhistas e civis. A mensuração, o reconhecimento contábil da provisão e a respectiva divulgação de contingências, relativas a essas ações judiciais e processos administrativos, requerem julgamento da Companhia e de seus assessores jurídicos internos e externos. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento, ou mudanças nas condições externas, incluindo o posicionamento de órgãos fiscalizadores, podem impactar significativamente o montante de provisão reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para a classificação de perdas, incluindo a avaliação do julgamento sobre a mensuração dos montantes a serem registrados como provisão e a aplicação adequada e consistente do julgamento durante todos os períodos apresentados; (ii) análise da suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia; (iii) obtenção de confirmações externas dos assessores da Companhia sobre o estágio atual e classificação de riscos; (iv) envolvimento de nossos especialistas tributários e atuários na análise das probabilidades de perda e matemática do modelo adotado pela Companhia para constituição da provisão; e (v) avaliação da adequação das divulgações da Companhia em notas explicativas, em relação ao assunto. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 17, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Ativos de depósitos judiciais: Conforme mencionado na nota explicativa nº 17.e às demonstrações financeiras, a Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas, e efetuou depósitos judiciais relacionados aos respectivos processos. Normalmente, os referidos processos são encerrados após longo lapso temporal e envolvem não só discussões de mérito, mas também aspectos processuais, em observância à legislação vigente. Em decorrência destes aspectos, o reconhecimento contábil de adições e baixas na rubrica de depósitos judiciais requer um robusto controle por parte da Companhia e seus assessores jurídicos, para que ocorra de forma tempestiva. Devido ao volume significativo de processos, bem como a representatividade sobre o total de ativos da Companhia, consideramos a contabilização dos depósitos judiciais como um principal assunto de auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos principais procedimentos de auditoria relacionados a esse assunto incluíram, dentre outros: (i) a verificação do relatório de causas que demonstra a posição dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com relação às probabilidades de desfecho das causas decorrentes dos processos em andamento, assim como, dos processos encerrados; (ii) leitura e análise de documentação que trata dos andamentos processuais, em conjunto com a verificação da documentação suporte dos depósitos a eles vinculados; (iii) verificação de documentação que comprove a efetiva baixa dos depósitos judiciais contabilizados no adequado período de competência; e (iv) a avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia em notas explicativas, em relação ao assunto. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis os valores relativos aos ativos de depósitos judiciais, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 17.e, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Realização de créditos de imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS: Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de créditos tributários de ICMS sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS totalizou R\$ 3.123 milhões na controladora e R\$ 3.127 milhões no consolidado, conforme divulgado na nota explicativa nº 8.b às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. A análise de recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS foi significativa para a nossa auditoria por considerarmos o seguinte: (i) os montantes desses créditos são relevantes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e (ii) a elaboração dessa análise envolve julgamento por parte da administração da Companhia na determinação das projeções de débitos futuros de ICMS em suas operações, incluindo a consideração sobre regimes tributários especiais. Tais projeções podem ser afetadas por condições futuras de mercado e econômicas. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo implementado pela administração para a elaboração da análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários, incluindo a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados utilizados para a elaboração das projeções; (ii) a avaliação da razoabilidade dos dados utilizados na elaboração da análise de recuperabilidade dos créditos tributários, incluindo a exatidão matemática dos referidos cálculos; e (iii) envolvimento de nossos especialistas em tributos indiretos na avaliação sobre a aplicação da legislação tributária e dos regimes tributários especiais nas projeções utilizadas na análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e as premissas relacionados à recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 2 de março de 2021